

ISSN 2177-7365

BOLETIM  
MUSEU  
HISTÓRICO  
DE LONDRINA

10

LONDRINA  
ANOS

2014



ISSN 2177-7365

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA  
MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

BOLETIM  
MUSEU  
HISTÓRICO  
DE LONDRINA

10



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

**Reitora**

Profª Drª Nádina Aparecida Moreno

**Vice - Reitora**

Profª Drª Berenice Quinzani Jordão

**Diretora do Museu**

Profª Drª Regina Célia Alegro

**Coordenação Geral**

Profª Drª Regina Célia Alegro

**Editores Revisão de texto**

Profª Drª Regina Célia Alegro Projeto Disque-Gramática/UEL  
Rosângela Ricieri Haddad

**Comissão Executiva**

Barbara Daher Belinati  
Célia Rodrigues de Oliveira  
Ruth Hiroimi Shigaki Ueda

**Projeto Gráfico e Editoração**

Pictolab Design

**Impressão**

Gráfica Oyama

**Foto capa e contra capa**

Capa: Amauri Ramos da Silva  
Contra capa: Rui Cabral  
Acervo MHL

**Fonte:**

Adobe Garamond e Bodoni

Todos os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo ao Museu Histórico de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Boletim Museu Histórico de Londrina / Universidade Estadual de Londrina.  
Museu Histórico de Londrina. – Londrina-Pr : Universidade Estadual de  
Londrina, v. 1, n. 1, jul./dez. 2009 -

Semestral

ISSN 2177-7365

1. Museologia - Periódicos. 2. Londrina – História. 3. Universidade Estadual  
de Londrina. 4. Museu Histórico de Londrina

CDU 069:981.622

# SUMÁRIO

## **Apresentação**

*Regina Célia Alegro*..... 05

## **1. Projeto**

1.1. O presépio da Alfaiataria Dutra..... 06

## **2. Exposição**

2.1. Cantos e encantos:  
coro da UEL 40 anos..... 07

## **3. Artigos**

3.1. Crimes contra o patrimônio cultural no Brasil  
*Raphael João Hallack Fabrino*..... 08

3.2. A construção da política pública da área de patrimônio  
cultural na cidade de Londrina-PR  
*Vanda de Moraes*  
*Carolina Terciotti*..... 15

3.3. Ensino de história e história oral  
*Verena Alberti*..... 20

3.4. Patrimônio e História na UEL:  
uma especialização, um caminho profissional  
*Claudia Eliane Parreira Marques Martinez*  
*Maria Renata da Cruz Duran*..... 22

## **4. Entrevista**

4.1 Clarismundo Galvão..... 27

**5. ASAM**..... 29



A Primavera dos Museus, promovida pelo IBRAM, tem sido oportunidade de reflexão e estímulo à democratização do acesso aos museus. Nesse sentido, em setembro de 2013, a semana foi realizada pela junção de parcerias capitaneada pelo Curso de Especialização em Patrimônio e História (UEL), com a participação da mesma Universidade, do Programa Contação de Histórias do Norte do Paraná (PROEXT) e da Secretaria da Cultura de Londrina. Também estiveram envolvidos a Biblioteca Pública Municipal de Londrina, o curso de História/UEL, artistas e escolas. As atividades se desenvolveram no Museu Histórico e no Museu de Arte de Londrina.

Um dos objetivos da semana destacou a educação patrimonial e foi dirigido aos professores e alunos da rede de ensino básico com exposições, visitas guiadas, contação de histórias, oficinas, lançamento de livros, etc. Outro objetivo foi instrumentalizar agentes culturais e pesquisadores para a elaboração de projetos atendendo aos quesitos de editais públicos. Assim, por exemplo, Margarete Moraes, chefe da representação sul do Ministério da Cultura, tratou da preparação de projetos para os editais do MINC.

Esse Boletim do Museu, especial, destaca artigos de alguns dos participantes do evento. Raphael Hallack Fabrino, Gerente de Identificação no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, discute a ampliação exponencial dos delitos perpetrados contra os acervos culturais do Brasil e intervenções necessárias. Vanda de Moraes, Diretora de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural, e Carolina Terciotti, da Diretoria de Incentivo à Cultura da Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, tratam da construção da política pública da área de Patrimônio Cultural na cidade.

Verena Alberti (CPDOC-FGV), também esteve na cidade participando do VII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social, da XIV Semana de História e II Encontro das Especializações em História, da UEL, e trata do ensino de história e história oral.

Claudia Eliane Parreira Marques Martinez e Maria Renata da Cruz Duran apresentam o curso de Especialização Patrimônio e História, da UEL, enfatizando que os esforços desse curso estão voltados para a área de educação patrimonial e a definição de um perfil patrimonial na jovem Londrina.

Evidencia-se, nesse Boletim, que os objetivos do curso de especialização dialogam com aqueles dos demais parceiros confirmando, mais uma vez, que educação patrimonial, assim como as políticas públicas na área de patrimônio, potencializam-se no debate e atuação conjunta.

*Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regina Célia Alegro  
Diretora do Museu Histórico de Londrina*

## 1. PROJETO

### 1.1. O PRESÉPIO DA ALFAIATARIA DUTRA

Por meio do projeto aqui sumariado pretende-se oferecer à população de Londrina a oportunidade de novamente se encantar com o presépio da Alfaiataria Dutra. Pretende-se a sua musealização como estratégia de preservação da memória londrinense.

Entre 1951 e 1965 o presépio da família Dutra foi exposto na frente da Alfaiataria Dutra, de Lauro Dutra Borges, localizada entre a Rua Benjamim Constant e a Rua Sergipe. Era um presépio composto por maquetes e cenários em movimento que atraía filas contínuas de visitantes à frente do estabelecimento.

Segundo Bernardo Pellegrini (2001), a Alfaiataria funcionava como uma escola oficina onde os jovens aprendiam o ofício diretamente com o mestre Lauro. Sua criatividade permitiu-lhe criar naquele espaço o seu presépio móvel e a cada ano acrescentar-lhe novas peças.

Naquela época as peças que se movimentavam por mecanismos elétricos causavam sensação e o presépio renovava a vida da Rua Sergipe, atraindo pequenas multidões.

Esse acervo já sofreu vários restauros e foi instalado para exposições temporárias. Há alguns anos permanece em caixas. Agora, pretende-se recuperá-lo e instalá-lo para que permaneça em exposição de longa duração no “túnel” do Museu Histórico. Além da exposição das peças originais pretende-se contextualizar o presépio no espaço da Rua Sergipe, região central de Londrina.

A sua recuperação será executada em 3 etapas:

- Restauração da imaginária: 42 peças
- Restauração das maquetes de madeira: 15 peças
- Restauração mecânica e eletro-eletrônica

Após o restauro o conjunto será enriquecido com maquetes da Rua Sergipe oferecendo ao visitante uma visão da área central de Londrina, de espaços carregados de memória.

Recentemente o presépio ficou sob a guarda de Helenice Mortari Dequech e Amauri Ramos da Silva que o doaram ao Museu Histórico de Londrina em vista da sua preservação e exposição.

Complementando a exposição do presépio Dutra pretende-se instalar sinalização no pátio do Museu para facilitar o acesso ao espaço de visitação onde se localizará o presépio.

## 2. EXPOSIÇÃO

### 2.1. CANTOS E ENCANTOS: coro da UEL 40 anos

Em comemoração aos 40 anos de existência do Coro da UEL em 2012, apresentamos a exposição: “Cantos e Encantos: Coro da UEL 40 Anos”. A exposição traz em sua narrativa o histórico do Coro, desde seu início em 1972, até os dias de hoje. Demarcada por três grandes espetáculos na sua trajetória: A “Missa do Cadáver Desconhecido”, na qual foi realizada a primeira apresentação do Coro em 1972, o Espetáculo “Amor: Idas e Vindas” que trouxe a introdução do elemento cênico nas apresentações do Coro da UEL em 2004, e em 2013, comemorando os 40 anos do Coro completados em 2012, a ópera cômica “O Mikado”.

A exposição apresenta fotografias e peças diversas do acervo da Casa de Cultura da UEL e acervos particulares dos cantores trazendo uma narrativa sobre o Coro desde sua criação até a atualidade. São destacados também outros coros criados a partir do Coro da UEL, como o Coro Infantil e o Juvenil, o Coro Tempos Dourados, entre outros.

O Coro da UEL traz em sua história grandes contribuições para o cenário musical londrinense, pois a partir dele vários grupos corais foram criados na cidade. Por ele, já passaram sete regentes e inúmeros cantores.

Depois da estruturação do Coro, após a regência da Profa. Semíramis Luck em 1975, Marília Brandão foi convidada para que assumisse o Coro da UEL temporariamente. No início de 1976 o maestro Othonio Benvenuto assume a regência do Coro. O repertório das apresentações se diversificou ainda mais, pois o maestro Benvenuto dava maior ênfase à música brasileira de raiz, erudita e folclórica, principalmente nordestina, além de música sacra. Ele já havia atuado como maestro e músico da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, e por isso, também dava ênfase à música instrumental. Instituiu um grupo chamado “Conjunto Música”, composto por flauta doce e percussão para acompanhar o Coro da UEL, quando necessário. Deste “Conjunto Música” surgiu em 1984, a Orquestra Sinfônica da Universidade Estadual de Londrina, a OSUEL. Assim, o Coro passou a realizar programas em conjunto com a orquestra e desde então, anualmente, esses dois grupos se apresentam juntos em cerimônias oficiais da Universidade.

O Coro da UEL gravou dois discos em vinil (LP'S) que tiveram a produção e promoção cultural da UEL/Casa de Cultura/Setor de Música com a colaboração do MEC/FUNARTE/INM. O primeiro foi gravado em 1978, e o outro em janeiro de 1982, em consequência do nível artístico atingido. O Coro já se apresentou por todo o Brasil e além de Argentina e Uruguai.

### 3. ARTIGOS

#### 3.1. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

*Raphael João Hallack Fabrino\**

**Resumo:**

*Valorização e desenvolvimento do mercado de bens culturais provocam a ampliação dos delitos praticados contra os acervos culturais no Brasil. Roubos e furtos são os crimes mais comuns perpetrados contra o patrimônio cultural no país. Necessidades de fiscalização dos órgãos de salvaguarda e zelo dos detentores.*

**Palavras-chave:** *Patrimônio cultural - Crimes; Patrimônio em Campo Ampliado.*

Na última década houve um expressivo aumento nos furtos de obras de arte no país, expondo o risco e a fragilidade de uma grande diversidade de acervos. Bens culturais que até o momento não eram cobiçados pelos criminosos passam a ser valorizados no mercado contemporâneo de arte. Paralela a valorização e o desenvolvimento do mercado de bens culturais, ocorre uma ampliação exponencial dos delitos perpetrados contra os acervos culturais do Brasil.

A professora titular do Departamento de Economia da FEA/USP, Diva Benevides Pinho (2008), afirma que o mercado atual de artes passa por um desenvolvimento que possui algumas características singulares em relação à períodos anteriores de prosperidade. De acordo com a autora, o mercado atual de artes é diversificado e universalizado em decorrência dos avanços tecnológicos das últimas décadas, principalmente na área de comunicação, compras e vendas virtuais. A transmissão das informações em tempo real e a possibilidade de comercializar objetos de arte e antiguidades *on-line*, atraem a participação de novos tipos de consumidores, que, mediante um cadastro, podem dar lances em leilões

---

\*- Formado em História pelo Centro de Ensino Superior e em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Especialista em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto. Perito em obras de arte na Receita Federal do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Lecionou na Universidade Geraldo Di Biasi. Realiza trabalhos de pesquisa em arte sacra, restauração de bens móveis e integrados, inventários e arrolamentos de acervos culturais e direção cinematográfica. Fonte: <http://www.tapuiaspatrimoniocultural.com.br>

e negociar bens culturais em qualquer região ligada à rede mundial de computadores.

Se a internet fornece os meios para compras de diversos bens culturais, legais ou não, Luiz Antônio Bolcato Custódio (2006), afirma que um dos meios mais utilizados para saída de bens culturais de seus países de origem são os Correios. Devido às múltiplas possibilidades de oferta propiciadas pela rede mundial de computadores e um sistema eficiente e integrado de entrega de encomendas e artefatos, uma série de bens culturais que possuíam no anonimato seu único recurso de proteção, passam a ser conhecidos, cobiçados, valorizados e consumidos em diversos países. Pinho afirma que:

No início do século 21, entretanto, o segundo *boom* do mercado de arte ampliou-se com as “rotas virtuais” Europa-Extremo Oriente, com destaque para a China. Então os furtos e roubos de obras de arte globalizaram-se e os roteiros atuais tendem a reproduzir a famosa teia de comunicação das infovias da web [...]. Nesse contexto está aumentando também a atuação dos piratas da arte, inclusive nos países emergentes como os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). (PINHO, 2008, p. 22)

Ainda segundo Pinho, a rota dos piratas e do mercado ilegal de arte costuma ligar países fontes de arte à países consumidores de economia próspera. A autora cita, com base nas informações da INTERPOL, os países França, Itália, Rússia e Alemanha como os mais afetados por esse tipo de crime. No entanto, o Brasil passou a figurar, a partir de 2006, na lista da Polícia Federal Norte-Americana (FBI), como detentor de um dos dez acervos ou obras de arte furtadas mais importantes a serem resgatados no mundo.

Mauro Salvo (2010) e Aldo de Campos Costa (2009) concordam que a atratividade do acervo brasileiro para o comércio ilícito reside na ineficiência das autoridades em coibir e punir esse tipo de crime. Segundo Costa (2009), a falta de punição faz com que bandidos disfarçados de comerciantes ajam livremente, o que também atrai a atenção de quadrilhas internacionais. Os primeiros indícios dessas quadrilhas atuando no país apareceram em 2003, com a prisão no Rio de Janeiro do francês Michel Cohen, segundo Costa “um dos maiores traficantes de obras de arte do mundo”(COSTA, 2009, [s.p.]). O autor também oferece indícios de atuação de quadrilhas internacionais especializadas nos furtos ocorridos nos museus da Chácara do Céu, no Rio de Janeiro,

em 2006 e no Masp, em São Paulo, em 2007. Nesses furtos foram levadas principalmente obras de arte internacional que possuem grande valorização no mercado externo.

Ao analisar a dinâmica do mercado ilegal de obras de arte sobre a perspectiva da “teoria econômica do crime”<sup>2</sup>, Mauro Salvo (2010) atenta para o conceito de “custo-benefício do crime”. Partindo dessa perspectiva o autor pondera que o indivíduo, antes de perpetrar um ato criminoso, avalia os custos e os benefícios da realização deste ato. Os benefícios são materializados nos ganhos financeiros e psicológicos que virão caso o crime seja bem sucedido; os custos englobam os riscos de ser preso e condenado, o tempo que ficará cativo, portanto fora do mercado de trabalho, além do custo moral de sua prisão dentro de seu universo social. Segundo Salvo (2010), a decisão pelo crime incide na comparação de ganhos econômicos no mercado ilegal e os ganhos que poderiam advir no mercado legal, sendo considerado também o risco de punição. O autor aponta para a ausência do poder público e a ineficiência das autoridades como pontos favoráveis para as ações envolvendo crimes contra o patrimônio cultural no Brasil:

O mais dramático é que as deficiências apresentados pelo sistema de segurança pública e de justiça em prevenir, apurar e punir os crimes acabam se tornando, objetivamente, num poderoso incentivo à criminalidade. É um círculo vicioso que começa na falta de ações preventivas, continua na baixa apuração dos crimes cometidos, alimenta-se na ausência de condenação e, por fim, quando esta acontece, em prisões onde é fácil fugir ou delinquir. (SALVO, 2010, [s.p.])

Segundo o autor, quanto maior for a percepção dos indivíduos quanto aos custos de se perpetrarem atos criminosos contra o patrimônio cultural, ou seja, as reais possibilidades de serem presos, julgados e condenados, maiores serão as forças dissuasivas para se evitar tais delitos. Para que ocorra esse efeito dissuasivo, deve-se prever que as autoridades que zelam pela salvaguarda desses objetos sejam capazes de agir em conjunto para identificar os furtos e as características dos bens desaparecidos, embasando e instruindo as investigações e o processo penal, e por fim, que

---

2- A teoria econômica do crime foi desenvolvida pelos estudos de Gary Becker, prêmio Nobel de Economia (1992). Baseado em suas pesquisas sobre a análise econômica do comportamento, considera que o indivíduo opta pelo delito a partir do momento em que entende ser o retorno esperado maior que o custo associado.

seja garantida a severidade na aplicação das penas. Quanto maior for a percepção dos riscos embutidos nesse tipo de delito, menores serão as probabilidades que os indivíduos optem por fazê-los. Salvo (2010) afirma que o efeito de dissuasão ocorre quando uma punição indica para os demais indivíduos que, caso cometam um crime semelhante, também serão punidos. Dessa forma, o autor afirma que para combater os crimes praticados contra o patrimônio, faz-se necessária a implementação de políticas que aumentem ainda mais os custos e perdas originadas com o comportamento delituoso.

Salvo (2010) propõe ainda uma análise do crime contra o patrimônio cultural enfatizando dois preceitos fundamentais para a economia: o da oferta e o da demanda. Partindo desses princípios, deve-se considerar que se há indivíduos furtando e ofertando determinados tipos de produtos no mercado é porque há interessados em obter esses produtos, independente de sua origem. A partir dessa perspectiva pode-se listar como demanda uma série de interessados em obter ganhos financeiros ou psicológicos com o mercado ilegal de bens culturais, colecionadores privados agindo pela ingenuidade ou má fé, marchands, antiquários, galerias de arte e museus.<sup>1</sup>

O mercado de obras de arte é abastecido com bens culturais ilegais por diversos atores, como, por exemplo:

1. as quadrilhas especializadas, que possuem conhecimento técnico em artes plásticas e sabem exatamente as peças que estão furtando e seu valor de mercado;
2. os ladrões esporádicos, que furtam devido às circunstâncias favoráveis para que ocorra o delito<sup>2</sup>;
3. há ainda os furtos efetuados por funcionários e administradores, que aproveitam seu conhecimento e o acesso facilitado para usurpar bens do acervo e de sua reserva técnica. Salvo (2010) enfatiza que a Interpol vê o crime interno como a maior ameaça para dilapidação dos acervos públicos, correspondendo a 8% das ocorrências no mundo. Ao discorrer sobre as razões do furto de obras de arte no país, o autor afirma que o furto ocorre porque:

---

1- Nesse caso o autor aponta que museus renomados não souberam ou não puderam indicar a origem de determinadas bens.

2- Nesse caso, Salvo (2010) cita os furtos à pequenos museus, galerias, ou igrejas sem segurança.

[...] há incentivos, ou seja, a atividade é lucrativa e há demandantes e ofertantes desse tipo de produto. Ou se preferirmos, os custos e riscos de se envolver nesse tipo de atividade são baixos em relação aos ganhos/lucros que se pode obter. (SALVO, 2010, [s.p.]

Salvo (2010) frisa ainda que obras de arte podem ser usadas como moedas de troca em outras modalidades criminosas, como o tráfico de drogas e de armas, além de estar ligada a lavagem de dinheiro. Considerando-se, portanto, a perspectiva da teoria econômica do crime, Salvo (2010) tece a seguinte conclusão:

[...] a solução para o problema é reduzir o retorno esperado pela atividade criminosa, ou seja, reduzir os incentivos inviabilizando-a economicamente. Em outras palavras, alterar as variáveis da equação, atuando no sentido de elevar os custos da ação criminosa, de aumentar a probabilidade do criminoso ser pego, e de majorar a punição. Isto se faz com mais segurança nos locais que hospedam as obras de arte, leis mais rígidas, punições mais severas e fiscalização atuante. (SALVO, 2010, [s.p.]

Já o professor Paulo Knauss (2007), aplica o conceito de “patrimônio em campo ampliado” para explicar os múltiplos objetos valorizados pela sociedade contemporânea. Knauss (2007) afirma que em paralelo aos novos interesses e significados embutidos em múltiplos bens culturais, ocorre um alargamento dos crimes contra o patrimônio cultural no Brasil. Ao lado de peças de arte do período colonial, valorizadas por políticas culturais de Estado, as últimas ocorrências indicam o interesse por bens como periódicos, gravuras, mapas, fotografias e estampas; peças de arte e decoração; objetos do fim do século XIX e de arte moderna internacional. Em seu trabalho, Knauss (2007) estabelece uma ligação entre os bens culturais alvo de crimes e os associa a uma mudança de gosto na sociedade contemporânea, que valoriza múltiplos objetos, inclusive aqueles elaborados em série que não afirmam excepcionalidade ou marca autoral. Segundo o autor, o elo de ligação entre os múltiplos e variados tipos de bens que se encontram em risco consiste no fato de todos possuírem como característica comum algum valor no mercado de artes atual. Knauss afirma que alguns furtos atuais:

[...] envolveram bens culturais que nunca foram o foco principal da política de patrimônio no Brasil, mais interessada pelas obras que demarcam gênio ou a identidade nacional. As peças que foram alvo dos roubos, são, de um lado, obras de arte internacional e, de outro, obras que são peças de artistas do fim do século XIX [...], sem objetivo

de consagrar imagens ao espírito da nação ou para atrair a atenção pública. (KNAUSS, 2007, p. 179)

O autor afirma ainda que a ampliação do crime contra o patrimônio no Brasil expõe a capacidade da sociedade contemporânea em reconhecer outros valores nos múltiplos bens culturais que produz. Dessa forma, ao lado de ocorrências já tradicionais de crimes contra o patrimônio, como furtos de peças de arte colonial, se acrescenta uma grande diversidade de novos acervos. Knauss (2007) frisa que a ampliação dos furtos e a multiplicidade dos acervos em risco estão intimamente ligados à mudança na orientação do gosto do mercado e da sociedade. De acordo com o autor,

[...] esse fato demonstra que as transformações no campo da cultura não se restringem ao universo do crime contra o patrimônio e que é possível perceber a sintonia entre o crime e o gosto vigente no mercado de artes atual. (KNAUSS, 2007, p. 181)

O autor continua afirmando que:

Não há como deixar de perceber que o universo de bens culturais valorizados pela sociedade envolve não apenas a concepção histórica do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, marcado pela excepcionalidade da peça, pelas suas qualidades plásticas e autorais, ou pelo inusitado dos fatos históricos, para conviver com a importância do patrimônio documental e bibliográfico, os objetos múltiplos, as obras de arte internacional incorporada às instituições nacionais, e as peças artísticas do mercado” (KNAUSS, 2007, p. 183)

Ao analisar a ampliação dos furtos contra o patrimônio cultural, principalmente as ocorrências da última década no Rio de Janeiro, Knauss (2007) afirma que o vulto e a diversidade dos acervos furtados trouxeram visibilidade na imprensa para um delito comum contra o patrimônio cultural: o furto de obras de Arte Sacra em igrejas coloniais.

As ações criminosas mais recentes deram destaque, igualmente, para o tipo de crime no campo do patrimônio já tradicional com foco nas peças religiosas do período colonial e que caracterizam o gosto pelo barroco e por peças de produção única (não reprodutíveis). (KNAUSS, 2007, p. 180)

Em relação a este assunto, Beatriz Kushnir afirma que:

[...] na esfera dos furtos, até fins dos anos de 1990, os principais alvos eram os objetos de arte sacra – imagens de santo, anjos e adornos religiosos – e arqueológicos – como as cerâmicas amazônicas de civilizações indígenas extintas. (KUSHNIR, 2009, p. 11).

Dado o exposto, podemos considerar que os roubos e furtos continuam sendo um dos crimes mais comuns perpetrados contra o patrimônio cultural no país. Essas práticas delituosas, alimentadas pela cobiça, falta de fiscalização dos órgãos de salvaguarda ou zelo dos seus detentores, ocasionam a sociedade brasileira uma perda significativa e constante de seus elementos e referências culturais, cujo combate a seus diversos fatores e atores faz-se urgente.

## BIBLIOGRAFIA

COSTA, Aldo de Campos. *Economia do Crime*. IN: Roteiro de Aulas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, Curso de Direito, 1º Semestre, 2009. Disponível em: <[www.academico.direito-rio.fgv.br/ccmv/imagens/d/do/caso\\_dez.pdf](http://www.academico.direito-rio.fgv.br/ccmv/imagens/d/do/caso_dez.pdf)> Acesso em: 28/11/2010.

COSTA, Tailson Pires da e ROCHA, Joceli Scremin. *A Incidência da Recepção e do Tráfico Ilícito de Obras de Arte no Brasil*. Revista do Curso de Direito, vol.4, nº 4. São Paulo: Faculdade Metodista de São Paulo, 2007.

CUSTÓDIO, Luiz Antonio Bolcato. *A prevenção do tráfico de bens culturais*. 12º Congresso da ABRACOR. Buenos Aires: Palestra Seminário, 2006.

KNAUSS, Paulo. *Atualidade do patrimônio: entre a celebração dos 70 anos do IPHAN e os roubos de bens culturais*. Cidade Nova JCR, v. 1. p. 175-185. Rio de Janeiro, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. Da manchete à notinha de canto: os furtos do patrimônio público, a privatização dos acervos do cidadão. *Revista Museologia e Patrimônio*, vol. 2, nº1. Rio de Janeiro, 2009

MONTEIRO, Marcus. *Roubos e furtos, omissão e descaso. Descaminhos do Acervo Cultural Fluminense*. INEPAC, 2005. Disponível em: <[http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/marcus\\_monteiro.pdf](http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/marcus_monteiro.pdf)> Acesso em: 10/10/2010.

PINHO, Diva Benevides. *Mercado Negro: destino da arte roubada ou furtada?*. Boletim Informações da FIPE, nº328. 2008

SALVO, Mauro. *A Economia do Crime e da Cultura: uma aplicação ao mercado de obras de arte roubadas e as perspectivas dos agentes de Porto Alegre*. 2010. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/eeg/trabalhos/historia-sessao1-1.doc>>

### 3.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DA ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL NA CIDADE DE LONDRINA-PR

Vanda de Moraes\*

Carolina Terciotti\*\*

#### **Resumo:**

*Estudo de caso sobre os processos que envolveram a construção da política pública da área de Patrimônio Cultural na cidade de Londrina, no Paraná; enfatizando-se o papel da Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural e da Diretoria de Incentivo à Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura*

**Palavras-chave:** *Política Pública de Cultura; Patrimônio Cultural; Plano Diretor de Preservação; Plano Diretor de Londrina; Incentivo à Cultura.*

#### **Introdução:**

O presente artigo é o resultado de estudo de caso acerca das ações empreendidas pela Secretaria Municipal de Cultura por meio principalmente da Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico - Cultural, assim como de sua ação conjunta com a Diretoria de Incentivo à Cultura, e que tiveram como objetivo a construção da política pública municipal de Patrimônio Cultural. De acordo com a proposta aprovada pela VI Conferência Municipal de Cultura e encaminhada para discussão e aprovação junto à Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito Municipal em abril de 2012. (LONDRINA, 2012), foi criado o Sistema Municipal de Cultura integrado ao Sistema Nacional de Cultura, constituindo-se dessa forma no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

O referido documento define a política municipal de cultura estabelecendo o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicitando

---

\*- Diretora de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Londrina. Graduada em História (UEL), especialista em Patrimônio Cultural e Identidades (UNIFIL).

\*\* - Diretora de Incentivo a Cultura da Prefeitura Municipal de Londrina. Graduada em Comunicação Social- Relações Públicas (UNOPAR), especialista em Comunicação com o Mercado (UEL) e Gestão Pública (INSTITUTO RHEMA).

os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os municípios e definindo pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Londrina, Estado do Paraná, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

Define ainda que é responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

No que tange à política pública municipal para a área de Patrimônio Cultural, cabe ao Município de Londrina planejar e implementar políticas públicas para, entre outras ações, levantar, divulgar e preservar o patrimônio cultural do Município e a memória material e imaterial da comunidade.

A Política Pública Municipal de Cultura também define caráter participativo, dotando a comunidade de vários mecanismos de participação, possibilitando o compartilhamento com o poder público da responsabilidade pela gestão cultural da cidade. Dessa forma além do Conselho Municipal de Cultura, composto em sua maioria pelas áreas culturais representando a sociedade civil, o Município conta também com as Conferências Municipais de Cultura, instância soberana na proposição da política pública municipal de cultura.

A Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural, por sua vez, trabalha desde 2002 com as diretrizes propostas pelo Plano Diretor de Preservação, documento que estabelece várias metas e ações a serem desenvolvidas pelo setor com o intuito de implementar a política pública municipal nessa área. Uma destas metas foi a criação da Lei Municipal de Preservação (Lei.11.188, sancionada em abril de 2011), dotando o município de instrumento jurídico que normatiza as ações da Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural. Trata-se ainda de uma das Leis Complementares que integram o Plano Diretor da Cidade, documento este que, por sua vez, orienta o crescimento e o funcionamento da cidade através de uma série de instrumentos legais.

### **Secretaria municipal de cultura e o processo de incentivo à cultura**

A Secretaria Municipal de Cultura de Londrina foi criada em 09 de março de 1992, através da Lei 4945/1992. Nesta oportunidade a Secretaria se estruturava em três setores: o de Ação Cultural, o de Bibliotecas e o de Patrimônio Histórico – ainda incipiente buscando organizar as futuras

ações desta área (LONDRINA, 1992).

Através de reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal de Londrina, realizada em 1998, estabeleceu-se nova estrutura dos setores administrativos, criando-se as Diretorias, Gerências e Coordenadorias. A Secretaria Municipal de Cultura passou a contar com três Diretorias: de Ação Cultural, de Bibliotecas e de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural, comportando esta última o Museu de Arte de Londrina (BATIGLIANA; MORAES, 2011) (LONDRINA, 1997).

Em 2003, foi criada junto à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Cultura, a Diretoria de Incentivo à Cultura.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura, baseada no modelo de Renúncia Fiscal, foi criada em 1992, regulamentada em 1993, e vigorou até 2002. Esta legislação implementou o modelo de incentivo à cultura que incorporava uma tendência contemporânea de reconhecer a relevância pública de um grande conjunto de grupos, projetos e agentes sociais. Este modelo propunha a realização das políticas públicas na forma de parcerias entre Estado e Sociedade Civil, com os cidadãos se envolvendo em sua elaboração e execução.

A Lei Municipal nº 8984, de 06 de dezembro de 2002, proporcionou uma evolução ao processo de incentivo à cultura, estabelecendo a criação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PROMIC) e o Fundo Especial de Incentivo à Cultura (FEPROC), definindo duas categorias de projetos a serem incentivados: os Projetos dos Produtores Independentes (PCI) que são aqueles que se orientam para o circuito cultural tradicional ou cuja inserção seja comunitária e vise estimular a produção artística e cultural nos bairros e regiões da cidade, em ambos os casos os projetos devem nascer da iniciativa independente dos produtores culturais: e os Projetos e Programas Estratégicos (PPE) que são aqueles que visam dimensionar a cultura para toda a cidade e ativar circuitos culturais, realizando as políticas públicas de cultura (LONDRINA, 2002).

O Programa Municipal de Incentivo à Cultura transformou o cenário cultural no Município de Londrina, expandindo e difundindo a política pública na administração estabelecida pelo poder público. Este método consolidou uma postura voltada para disseminação cultural, possibilitando uma maior abrangência de investimentos e fomento neste segmento. Este novo papel que as políticas públicas vem exercendo tem uma significativa importância e relevância como aperfeiçoamento deste sistema.

O Programa Municipal de Incentivo à Cultura no Município de Londrina aponta diversas fases de incentivo ofertado aos produtores culturais, destacando a importância deste segmento na política pública

e a proeminência que este Programa exerce na forma de fomento, assim como as suas modificações ao longo dos anos, desde a criação, como Lei de Incentivo, e as transformações decorrentes e o vigor do agora Programa de Incentivo propriamente dito.

No tocante ao aporte financeiro, os investimentos aos projetos culturais no Município de Londrina tiveram um salto significativo no que se refere aos recursos destinados à produção cultural. No período de 1994 até 2001, anos em que vigora o processo baseado em renúncia fiscal, foram disponibilizados mais de 9 milhões de reais. Após a implantação do Programa Municipal de Incentivo à Cultura em 2002, estes investimentos até os dias de hoje passaram de 30 milhões de reais.

No período de 1994 até 2001 foram mais de 1.200 projetos inscritos concorrendo aos recursos financeiros destinados à produção cultural londrinense, destes, 384 foram aprovados, tornando-se aptos a captar os recursos provenientes da renúncia fiscal. No período da implantação do Programa, de 2002 até o ano vigente o montante dos projetos inscritos foi de 3.645, destes 1.001 foram aprovados e beneficiados com recursos públicos municipais, disponibilizados através do FEPROC – Fundo Municipal de Projetos Culturais. Neste contexto os projetos incentivados na área de Patrimônio Cultural representam a implementação do conceito de parceria preconizado para a realização dos serviços públicos sociais. Através da articulação empreendida pela Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico Cultural, buscando parcerias com entidades e produtores culturais foram propostos muitos projetos com foco nas mais diversas ações, tais como, a preservação, a reflexão sobre a construção de uma política patrimonial em uma cidade de colonização recente como Londrina, a educação patrimonial, produção de inventários de bens culturais, publicações de pesquisas, acervos fotográficos, entre outras (BATIGLIANA; MORAES, 2011).

Tal articulação rendeu ao Promic/Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico - Cultural da Secretaria de Cultura de Londrina o Prêmio Rodrigo Melo /Franco de Andrade, concedido pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na categoria Patrocínio, em sua edição de 2003.

Entre os anos de 2009 e 2013 foram investidos mais de 889 mil reais, tanto para pessoa jurídica quanto para pessoa física, em projetos culturais na área de Patrimônio Cultural no Município de Londrina, atualmente percebe-se também a evolução e disseminação deste segmento, além de promover maior visibilidade do Programa de Incentivo à Cultura. A administração pública se consolida no âmbito da política pública na cidade de Londrina no que se refere à produção cultural.

**BIBLIOGRAFIA**

BATIGLIANA, Solange C., MORAES, Vanda de. Patrimônio cultural e políticas públicas: reflexão sobre a política cultural do programa municipal de incentivo à cultura de Londrina, na perspectiva de uma política de atuação patrimonial. In: *A Construção de Políticas Patrimoniais em Cidades Novas*. MAGALHÃES, Leandro Henrique ; MORAES, Vanda de (Org.). Londrina, EdUnifil. 2011. p. 135 – 137.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. *Plano diretor participativo*. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=586&Itemid=1949](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=586&Itemid=1949)>. Acesso em: 21/10/2013.

LONDRINA. Câmara Municipal. Lei nº 10.637 de 24 de dezembro de 2008. *Lei Geral do plano diretor de Londrina*. Disponível em: < <http://www2.londrina.pr.gov.br/jornaloficial/images/stories/jornalOficial/jornal1047.pdf>>. Acesso em 22/10/2013.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Incentivos a Cultura. PROMIC: *Histórico, legislação e dados*. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=241&Itemid=314](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=241&Itemid=314)>. Acesso em 22/10/2013.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Cultura. Diretoria de Incentivo a Cultura. PROMIC: *Resumo dos projetos aprovados: 2003 - 2013*. Disponível em: <[http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=249&Itemid=321](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=249&Itemid=321)>. Acesso em 22/10/2013.

LONDRINA. Câmara Municipal. *Lei nº4945 de 09 de março de 1992*. Criação da Secretaria Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/consolida.php?arqhtm=leis/1992/L04945.htm>>. Acesso em 21/10/2013.

LONDRINA. Câmara Municipal. *Lei nº 8871 de 28 de agosto de 2002*. Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Cultura e para o Conselho Municipal de Cultura. Disponível em: <<http://www2.cml.pr.gov.br/cons/lnd/consolida.php?arqhtm=leis/2002/L08871.htm>>. Acesso em 21/10/2013.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Lei nº 11.188 de 19 abr. 2011. Dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Londrina, criando os processos de listagem de bens de interesse de preservação e o processo de tombamento municipal, cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina. *Jornal Oficial de Londrina*, nº 1590, 21 de jun de 2011, p. 3 - 4. Caderno único. Disponível em: < [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=997](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=997)>. Acesso em 22/10/2013.

LONDRINA. Prefeitura Municipal. Lei nº 11.535 de 09 de abr de 2012. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Londrina, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento. *Jornal Oficial de Londrina* nº 1845, 17 de abr. 2012. Caderno único, p. 1 - 16. Disponível em: < [http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com\\_wrapper&view=wrapper&Itemid=997](http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=997)> Acesso em 21/10/2013.

YAMAKI, Humberto, (Coord). *Plano diretor de preservação do patrimônio cultural de Londrina*: documento para discussão. Londrina: [s.n.], 2003. 72p. Disponível em: [http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_cultura/patrimonio\\_historico/pdcp.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_cultura/patrimonio_historico/pdcp.pdf)>. Acesso em 22/10/2013.

### 3.3. ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Verena Alberti\*

#### **Resumo:**

*Entrevistas podem ser fontes úteis para o professor de história, pois favorecem o trabalho com a diversidade ao destacarem diferentes narrativas de experiência pessoal. Como outras fontes, elas dão um sentido de autenticidade ao que está sendo investigado e permitem perceber como o conhecimento a respeito do passado é condicionado pelas fontes que selecionamos.*

**Palavras-chave:** *Ensino de História; História Oral; Entrevistas.*

A discussão acadêmica sobre o ensino de história tem crescido bastante nos últimos tempos, e professores e formadores têm se dedicado a refletir sobre esse campo como área de pesquisa. Ainda assim, muitas vezes percebemos que debates importantes das histórias e das ciências sociais ainda ficam fora da escola, como, por exemplo, a discussão em torno da memória e o questionamento da história “nacional”, narrativa linear com frequência repetida e ensinada nas escolas, enquanto que, nas universidades, os alunos logo aprendem que é preciso desconfiar dessa “invenção”.<sup>1</sup>

Pesquisadores do ensino de história têm percebido que é preciso trazer para a sala de aula temas relevantes para os alunos e que precisamos correr riscos ao ensinar história. A história ensinada nas escolas não pode se esquivar de questões controversas, sob o risco de deixar de ser relevante.

O conhecimento a respeito de temas sensíveis é informado por aquilo que chamamos “história pública” e também por pré-conceitos que aprendemos nos grupos de onde viemos – a família, colegas de escola, colegas de trabalho etc. Como quebrar esses pré-conceitos e redirecionar o conhecimento prévio sem perder o interesse dos alunos? Eis um desafio sobre o qual se faz cada vez mais necessário refletir.

---

\*- Doutorado em Literatura pelo Universitat Gesamthochschule Siegen, Alemanha(1993). Coordenadora de Documentação da Fundação Getúlio Vargas - Matriz , Brasil

1- Ver, a esse respeito, Carretero, Mario; Rosa, Alberto & González, María Fernanda. “Introducción. Enseñar historia em tiempos de memória.” In: Carretero, Mario; Rosa, Alberto & González, María Fernanda (compiladores). Enseñanza de la historia y memoria colectiva. Buenos Aires, Paidós, 2006.

Para tratar de temas sensíveis ou controversos, é preciso a) contar com tempo e disposição do professor e dos alunos para se debruçarem sobre assunto complexo; b) enfatizar a diversidade de experiências, como forma de dificultar a tendência que temos de homogeneizar os grupos (“os judeus”, “os imigrantes”, “os negros”, “os índios” etc.), e c) contar com fontes efetivas, atraentes e estimulantes que possam gerar discussão e promovam o aprendizado.

Entrevistas de história oral podem ser fontes úteis para o professor de história. Elas permitem conhecer uma história pessoal, que torna a história concreta e perceptível; elas são uma ótima oportunidade de trabalhar com a diversidade, uma vez que trazem diferentes narrativas de experiência pessoal; como outras fontes, elas dão um sentido de autenticidade ao que está sendo investigado e permitem perceber como o conhecimento a respeito do passado é condicionado pelas fontes que selecionamos.<sup>2</sup>

Para trabalhar com entrevistas de história oral, o professor precisa atentar para a contextualização daquele documento – do mesmo modo como faz quando trabalha com outras fontes. É fundamental proporcionar o entendimento do contexto de produção do documento e estimular os alunos a se perguntarem sobre o que a fonte pode dizer e o que não pode dizer sobre o passado. Como outras fontes, as entrevistas documentam também aquilo que não pretendiam documentar originalmente e são uma ótima oportunidade de compreendermos como o conhecimento sobre o passado depende das perguntas que fazemos e das fontes que consultamos.

Se tivermos tempo de desenvolver um trabalho de aprendizado cuidadoso, as entrevistas, ao lado de outras fontes, podem figurar no centro do trabalho de pesquisa do professor e dos alunos, tornando a aula de história uma oportunidade de investigação.

---

2- Ver também Alberti, Verena. “Oral history interviews as historical sources in the classroom.” *Words & Silences. The Journal of the International Oral History Association. The Workings of Oral History*. Vol 6, No 1, December 2011, p. 29-36. ISSN 1405-6410 Online ISSN 2222-4181; disponível em <http://wordsandsilences.org/index.php/ws/issue/view/4/showToc>.

### 3.4. PATRIMÔNIO E HISTÓRIA NA UEL: uma especialização, um caminho profissional

*Claudia Eliane Parreira Marques Martinez\**

*Maria Renata da Cruz Duran\*\**

#### **Resumo:**

*Apresentou-se, em linhas gerais, o curso de especialização *latu sensu* ofertado pelo departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, suas formas de ingresso e o mercado de trabalho local na área.*

***Palavras-chave:*** *Especialização Patrimônio e História, Educação Patrimonial; Mercado Laboral em Patrimônio Histórico; Formação Profissional na Área Patrimonial.*

A questão patrimonial no Brasil tem como um dos eixos fundadores os debates e pesquisas que gravitaram em torno da Semana de Arte Moderna de São Paulo, ocorrida em 1922. Mário de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, outros artistas e intelectuais buscaram empreender um projeto que abrangia uma série de pesquisas e, sobretudo, ações culturais que, naquele momento, causaram grande impacto político e social.

Viajar pelo interior do Brasil, identificando e preliminarmente catalogando acervos patrimoniais foi, sem dúvida, importante para a consolidação de uma política que teve seu primeiro desdobramento em 1933. Nesse ano foi criada a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), vinculada então ao Museu Histórico Nacional, que tinha como finalidade principal impedir que objetos “antigos” referentes à história do Brasil fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades.

---

\*- Professora adjunta de História do Brasil na Universidade Estadual de Londrina. Doutora em História pela USP, atualmente faz estágio de pós-doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais e participa do Grupo de Pesquisa “Elementos Materiais da Cultura e Patrimônio”. É uma das fundadoras do curso de especialização em Patrimônio e História da UEL e sua antiga coordenadora. E-mail: cepmarques@uol.com.br.

\*\*-. Professora adjunta de História Moderna e Contemporânea na Universidade Estadual de Londrina. Doutora em História pela UNESP, é autora de “Ecos do Púlpito. Oratória Sagrada no Rio de Janeiro Oitocentista”, publicado em 2010, e organizadora de “Triunfos da Eloquência. Sermões reunidos e comentados”, pela Eduff, em 2012. Atualmente, coordena o curso de Patrimônio e História da UEL. E-mail: professoramariarenata@yahoo.com.br.

Também era responsabilidade da Inspetoria coibir a destruição dos “monumentos” ou sua descaracterização nas reformas urbanas.

Da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, ano do Golpe de Estado de Getúlio Vargas, à década de 1970, quando o órgão torna-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) muitas questões foram incorporadas, outras reavaliadas. Estudar esse processo nos dá uma dimensão histórica da estadualização e municipalização dos artefatos, manifestações culturais, artísticas e a relação do Estado e da sociedade com os acervos edificados.

Nessa trama, se pode notar, por exemplo, a mudança no conceito de patrimônio cultural, hoje não só circunscrito aos bens seculares e as clássicas “cidades históricas”. “Cidades novas”, como é o caso de Londrina, possuem vários museus e centros culturais, além de outros órgãos e secretarias responsáveis pelo acervo urbano e rural do município.

Em Londrina, as esferas de atuação da área patrimonial e, ainda, do campo de ação já desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina, capazes de promover maior sinergia entre este serviço de formação profissional prestado pelo departamento de História e o mercado patrimonial regional são:



Fonte de financiamento permanente e mercado profissional em expansão<sup>1</sup>, “a área patrimonial na cidade de Londrina e região precisa de profissionais especializados”, conforme assinalou Vanda de Moraes, Diretoria de Patrimônio Artístico, Histórico-Cultural, em aula inaugural do curso de especialização supracitado. Para se ter uma idéia da abrangência desse mercado de trabalho, pode-se ter em vista que nos anos de 2011 e 2012, R\$ 1.053.347,80 foram descentralizados pela prefeitura municipal para atividades e projetos da área patrimonial (fonte:<http://>

1- Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos. Nabil Bonduki. Iphan, Brasília; 1ª edição, 2012.

www1.londrina.pr.gov.br, acessado em fevereiro de 2013).

A formação profissional na área patrimonial constitui tema de pesquisa relativamente recente no Brasil, mas desde já profícuo<sup>2</sup>. Entre os estudos que tratam das estratégias formativas mais impactantes no mercado de trabalho, ou seja, daqueles projetos pedagógicos diretamente relacionados com a demanda setorial, figuram aqueles efetivados no âmbito da ENAP, tendo o IPHAN como objeto de análise<sup>3</sup>.

Aprovado como mestrado profissional em 2011, o curso de especialização em patrimônio histórico do IPHAN<sup>4</sup> é a principal referência na área em nosso país e prima por harmonizar a pesquisa teórica às atividades práticas<sup>5</sup>.

Neste ensejo, um dos eixos centrais do Projeto Pedagógico do curso de especialização em “Patrimônio e História” é atender demandas educacionais de formação e aprimoramento de docentes do ensino fundamental e médio que hoje precisam lidar com essas questões dentro e fora da sala de aula. Esse curso de Especialização busca também focalizar graduados em ciências humanas e áreas afins, como história, museologia, arquitetura, arquivologia, artes, ciências sociais, letras, psicologia, serviço social e demais interessados, tais como profissionais e técnicos que atuam, como já salientado anteriormente, em diversos setores da cultura e da educação. Neste sentido, as disciplinas ofertadas no curso são:

DISCIPLINAS	C.H.	CRÉDITOS
História, memória e patrimônio	45	3
Patrimônio cultural e arte	45	3
Espaços, territórios e patrimônio	45	3

2- Luciano dos Santos Teixeira, História e historiografia no mestrado profissional em preservação do patrimônio do IPHAN: algumas considerações. <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/view/1303>

3- <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1766>

4- <http://www.iphan.gov.br/montarDetalheConteudo.do;jsessionid=69C1574F02BC958FD30B440933311283?retorno=detalheNoticia&sigla=Noticia&id=15907>

5- <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2137>

Museus, acervos e exposições	45	3
Cultura material, história e fontes	45	3
Arquivo e acervos históricos	45	3
Experiências memoriais e ações educativas	45	3
Seminário de pesquisa I	45	3
Monografia ou artigo		
TOTAL	360	24

O curso têm duração de 1 ano, as aulas ocorrem no Centro de Ciências Humanas da UEL, das 19h30 às 22h40, às quintas e sextas feiras. Para ingresso, o candidato deve apresentar um projeto de pesquisa/intervenção na área patrimonial<sup>6</sup>, seu currículo lattes<sup>7</sup>, bem como realizar uma prova em que são averiguados seus conhecimentos na área, de acordo com pequena bibliografia recomendada em edital<sup>8</sup> que, geralmente, é lançado nos meses de outubro ou novembro. O processo seletivo do curso, em geral, ocorre no mês de março.

É recomendável que o candidato tenha em mente, mediante busca prévia no site “[http://www.uel.br/cch/his/index.php?arq=ARQ\\_docentes](http://www.uel.br/cch/his/index.php?arq=ARQ_docentes)”, com qual dos professores do departamento gostaria de trabalhar. Para isso, conhecer seus currículos lattes e ler alguns de seus textos pode ser útil. Ainda assim, nos “lattes” dos professores é possível averiguar quais são aqueles mais próximos da área patrimonial.

O curso de especialização “Patrimônio e História”, ofertado pelo Departamento História da Universidade Estadual de Londrina, mantém, em média, 20 egressos do curso de História e 8 docentes do departamento

---

6- Para desenvolver seu projeto de pesquisa, um site interessante é: <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/roteiro-elaboracao-projeto-de-pesquisa.pdf>.

7- Para aprender a montar seu currículo lattes, acesse: [http://www.faberj.edu.br/tutorial/Criando\\_Curriculo\\_Lattes.pdf](http://www.faberj.edu.br/tutorial/Criando_Curriculo_Lattes.pdf)

8- O edital anterior pode ser conferido em: <http://www.uel.br/cch/his/index.php?content=especialPATRHIS.htm>.

diretamente envolvidos com o tema patrimonial, desde o ano de 2011.

De acordo com um levantamento feito entre os projetos de financiamento concedidos ao departamento de história, 60% dos produtos do esforço do departamento na área patrimonial são mensuráveis na área de extensão universitária, 30% na área de pesquisa e apenas 10% nomeadamente na área de ensino – embora se reconheça que o trabalho no campo da extensão é voltado para a área de ensino.

Em outras palavras, podemos dizer que os esforços desta especialização estão voltados para a área de educação patrimonial e é neste sentido que esperamos trabalhar cada vez mais e melhor, contribuindo para a definição de um perfil patrimonial em nossa jovem cidade.

Informações e inscrições para o curso de especialização “Patrimônio e História” acessar [www.uel.br/cch/his](http://www.uel.br/cch/his) ou secretaria de Pesquisa e Pós-graduação do CLCH (43) 3371-4943.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Org.) *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2002.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36: p.261-273, Jul/Dez, 2006.

MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas de participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

### 4.1. CLARISMUNDO GALVÃO

Nasceu em 11 de julho de 1915, Começou a trabalhar na Estrada de Ferro São Paulo - Paraná - EFSPP, em Ourinhos e um ano depois veio para Londrina em 15/6/1939, onde trabalhava no abastecimento de locomotivas. Em 1949, pediu demissão e começou a atuar por conta própria na Pedreira São José, Cafezal e finalmente Santa Maria, quando aposentou-se. Faleceu em 2013.



## Trechos da Entrevista

---

“[...]

**BDB.:** Por quê o sr<sup>o</sup> veio para Londrina?

**CG.:** Trabalhava na Estrada em Ourinhos e fui transferido para Londrina. Ferroviário é igual soldado, onde precisa vai! [...]”

“[...]

**BDB.:** Como era o trabalho de Ferroviário?

**CG.:** A gente não tinha tempo de sair do pátio da Estrada, tinha trem de dia e de noite, tinha trem a noite inteira, às 10h00, às vezes atrasava, vinha de madrugada. [...] trem de passageiro tinha sempre às 11h00, depois tinha um às 4h00, que era misto, carga e passageiro. [...]”

“[...]

**BDB.:** Como era a cidade?

**CG.:** Muito pouquinho, umas casinhas de tábuas [...] eu morava em uma das casinhas da Estrada [...] e lá em cima na Duque Caxias tinha o Hotel Luxemburgo, hoje Franz Hotel [...] para lado de baixo, tinha outra casa, que se hospedava lá, quando as pessoas vinham pra cá, chamava Casa Sete, pegava o quarteirão, que sai naquela outra, Rua Prof<sup>o</sup> João Cândido, um casarão de tábuas bem grande. [...] Em 1946 começou a ter prédio, já, né, Santo Antonio, é ali no calçadão [...] a Construtora Brasil que construiu de Rafael Rezende, parece que foi até senador! São de Minas, eram três irmãos que eu conheci. Era o Dr. Rafael, Dr. Lúcio e o Edmundo, eles que eram donos da construtora. [...]

Tinha muita carrocinha, tudo serviço que precisava, era a carrocinha, uma pessoa para levar no médico, era a charrete, isso foi longe. Não me lembro do prefeito que entrou, resolveu acabar com aquilo. A cidade fica muito cheia de mosquito, né, os cavalos iam sujando a rua, depois inventou de por fralda nos cavalos para não sujar a rua, era até engraçado (risos) [...]”

GALVÃO, Clarismundo. *Depoimento*. Londrina: 2005. Entrevista concedida à Barbara Daher Belinati, Jornalista e Rui Cabral, Técnico de multimídia. 1 Fita VHS original, pertence ao acervo do Museu Histórico de Londrina. (Projeto de História Oral).

A Associação dos Amigos do Museu Histórico de Londrina – ASAM, instituição privada sem fins lucrativos, preste a completar dezenove anos de atividades, neste ano, no qual Londrina fará 80 anos, participa ativamente na solidificação cultural do legado de nossos precursores; desbravadores desta terra roxa dadivosa.

Integrada por pessoas das mais variadas origens, voluntariosas e interessadas na manutenção, conservação e ampliação do acervo do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, dedica-se a preservar a história londrinense.

Membros da ASAM, servidores do Museu, voluntários, londrinenses nativos, filhos adotivos de outras regiões do planeta, empresas públicas e privadas, parcerias com entidades públicas, doadores anônimos, tem sido fundamentais para a consolidação deste rico acervo.

Muito há que se fazer ainda. Objetos, fatos marcantes da história, eventos políticos, atos da sociedade civil organizada, surgimento de entidades de classe, implantação de serviços de energia elétrica, água e saneamento, construções de hospitais, áreas de lazer, edificações residenciais, comerciais e culturais, emblemáticas, dentre tantos outros fatos históricos, ao largo destas oito décadas, merecem e precisam ser documentados.

Respeitar a saga dos pioneiros é dever dos seus descendentes, londrinenses e habitantes que aqui residem. Nossa gratidão se paga com respeito, honra e ação voluntariosa para preservar o legado histórico chamado Londrina.

*Anísio Ribas Bueno Neto*  
Presidente da ASAM  
Associação dos Amigos do Museu



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DO ARTIGO

O artigo deverá apresentar as seguintes normas:

1. Inédito;
  - Título;
  - Autor(es) com identificação da instituição a que pertence em nota de rodapé;
  - Resumo – máximo 50 palavras;
  - Palavras-chave - até 6 palavras;
  - Texto não deve ultrapassar 5 laudas (word for windows e fonte Times New Roman, tamanho 12, entre-linhas 1,5 e margem 3,0 cm);
  - Referências bibliográficas seguindo normas da ABNT (contendo somente obras citadas no texto);
  - Deverão ser apresentados em cd e encaminhar 2 cópias impressas fiéis ao suporte eletrônico.
2. Encaminhar carta a direção do Museu autorizando sua publicação.
3. Caso o artigo seja resultado de pesquisa financiada, esta deverá ser mencionada em nota de rodapé.
4. Nome completo do autor(es) e constar nas referências.
5. As fotografias, imagens (quando houver) deverão vir em preto e branco, formato digital jpeg, no mínimo, 300 dpi de resolução, tamanho 10x15 cm, com legendas e com indicação do local a ser inserido no texto e gravadas em cd. As fontes deverão ser devidamente mencionadas e autorizadas, respeitando a legislação em vigor.
6. Contato:
  - Fone: (43) 3323-0082 / bibmuseu@uel.br

# EQUIPE TÉCNICA DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

## **Direção**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Regina Célia Alegro

## **Secretaria**

Secretário Executivo: Cesar Augusto de Poli

Projeto Aprendiz: Higor de Melo Silva

## **Equipe de Apoio**

Auxiliares Operacionais:

Ailton Alves Marcelino

Alex Pereira

Diva Barbosa da Silva

Neiva Lemes Albrecht Batista

Vanessa Andréia Borela Ferreira

## **Setor de Ação Educativa**

Prof<sup>ª</sup> Mestre Érica da Silva Xavier

Técnica Administrativa:

Edeni Ramos Vilela

## **Setor de Biblioteca e Documentação**

Bibliotecárias:

Rosângela Ricieri Haddad

Ruth Hiromi Shigaki Ueda

## **Setor de Comunicação Social**

Jornalista e Assessora de Imprensa: Barbara Daher Belinati

## **Setor de Imagem e Som**

Técnica em Assuntos Universitários:

Célia Rodrigues de Oliveira

Técnico em Multimídia: Rui Cabral

## **Setor de Museologia**

Técnico em Museologia: Ninger Ovidio Marena

Apoio: Amauri Ramos da Silva

## **Estagiários**

Amábyle Desirée Chanton do Prado | Aryane Kovacs Fernandes

Diego Barbosa Alves de Oliveira | Eurípedes Simões de Paula Junior | Fabíola Ferro da Silva

Felipe Augusto Leme de Oliveira | Felipe de Almeida Neto | Gisele da Silva Oliveira

Jaqueline dos Santos | Juliana Souza Belasqui | Kawanni dos Santos Gonçalves

Leonardo Augusto de Lima Silva | Leonardo Rosa Mantovani | Marcos Vinicius G. P. de Oliveira

Matheus Dellaqua | Taiane Vanessa da Silva | Thiago Machado Garcia | Yohan Gaschler Stoicov

Museu Histórico de Londrina

Rua Benjamin Constant, nº 900 - Centro - Londrina-Pr - CEP: 86010-350

(43) 3323-0082 - [museu@uel.br](mailto:museu@uel.br)





## Ação Educativa Museu Histórico de Londrina

**REALIZAÇÃO**

**PATROCÍNIO**

**PROMOÇÃO**



**APOIO**

**Curso de Especialização Patrimônio e História. UEL**